

Município de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 11.361.243/0001-71

Usuário: Rostand
Chave de Autenticação Digital
1337-0851-424
Página
1 / 3



Anexo 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/12/2017

Despesa realizada: **Paga**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos (Nota 1)	161.962.324,55	171.558.392,27
Receitas derivadas e originárias	27.711.049,91	38.788.639,68
Transferências correntes recebidas	85.201.649,15	87.968.333,16
Outros ingressos operacionais	49.049.625,49	44.800.379,43
Desembolsos (Nota 2)	154.135.946,89	161.188.035,33
Pessoal e demais despesas	98.806.067,69	101.368.044,83
Juros e encargos da dívida	35.671,83	0,00
Transferências concedidas	6.294.931,22	15.070.587,22
Outros desembolsos operacionais	48.999.276,15	44.739.403,28
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I) (Nota 3)	7.826.377,66	10.370.296,94
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos (Nota 4)	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos (Nota 5)	1.839.246,91	9.224.485,26
Aquisição de ativo não circulante	1.839.246,91	9.124.685,26
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	100.800,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II) (Nota 6)	-1.839.246,91	-9.224.485,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingressos (Nota 7)	1.701.343,57	2.119.478,47
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	1.111.859,78	2.119.478,47
Outros ingressos de financiamentos	589.483,79	0,00
Desembolsos (Nota 8)	1.448.256,51	519.037,81
Amortização/Refinanciamento da dívida	1.448.256,51	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	519.037,81
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) (Nota 9)	253.087,06	1.600.440,66
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I + II + III) (Nota 10)	6.240.217,81	2.753.252,34
Caixa e equivalente de caixa inicial (V)	30.493.459,33	27.740.206,99
Caixa e equivalente de caixa final (IV + V)	36.733.677,14	30.493.459,33

Município de Salgueiro

RUA JOAQUIM SAMPAIO, 279 - N S DAS GRAÇAS - 56.000-000 - Salgueiro/ PE
CNPJ: 11.361.243/0001-71

Usuário: Rostand	Chave de Autenticação Digital 1337-0851-424	Página 3 / 3
------------------	--	-----------------



Anexo 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Valores em R\$ - Período: 01/01/2017 até 31/12/2017

Despesa realizada: **Paga**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativo	4.486.606,62	3.878.333,43
Judiciário	0,00	0,00
Essencial a justiça	0,00	0,00
Administração	6.532.880,94	7.374.855,35
Defesa nacional	0,00	0,00
Segurança pública	0,00	0,00
Relações exteriores	0,00	0,00
Assistência social	2.598.162,63	3.594.579,64
Previdência social	12.558.600,30	10.804.462,24
Saúde	20.446.918,39	21.333.655,60
Trabalho	1.176.347,02	1.000.017,74
Educação	37.693.958,94	36.317.817,62
Cultura	342.390,85	984.482,98
Direito da cidadania	93.002,54	99.033,32
Urbanismo	7.769.059,20	9.514.451,66
Habitação	16.534,05	5.607,74
Saneamento	96.167,97	214.655,80
Gestão ambiental	109.430,75	99.925,51
Ciência e tecnologia	14.137,15	34.154,16
Agricultura	2.335.404,79	2.514.273,38
Organização agrária	0,00	0,00
Indústria	159.992,11	124.323,36
Comércio e serviços	1.630.401,26	2.041.182,16
Comunicação	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transportes	478.422,51	604.333,31
Desportos e lazer	267.649,67	784.889,83
Encargos especiais	0,00	0,00
Total dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função	98.806.067,69	101.368.044,83

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e correção monetária da dívida interna	0,00	0,00
Juros e correção monetária da dívida externa	0,00	0,00
Outros encargos da dívida	0,00	0,00
Outras despesas com juros, correção monetária e outros encargos de dívida, não classificados na função 28	35.671,83	0,00
Total dos juros e encargos da dívida	35.671,83	0,00

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Salgueiro, Fundo Municipal de Saúde de Salgueiro, Fundo Municipal de Assistência Social de Salgueiro, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salgueiro, Fundo de Desenvolvimento Municipal de Salgueiro, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central, Fundo Municipal de Educação de Salgueiro, Autarquia Educacional de Salgueiro, FUNPRESSAL - FUNDO FINANCEIRO, Câmara Municipal do Salgueiro, Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, FUNPRESSAL - FUNDO PREVIDENCIÁRIO, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Sertão Central

CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO
Prefeito

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
(ANEXO 18 – FLUXO DE CAIXA DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)



Documento Assinado Digitalmente por: KARLA CRISTINA SIQUEIRA VASCONCELOS BARROS, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCAO DE LIMA
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4615b065-c544-4646-bdea-b806bd967fc3

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Salgueiro.
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 11.361.243/0001-71.
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Joaquim Sampaio, nº 279 – Bairro: Nossa Senhora das Graças – Cidade: Salgueiro – Pernambuco – CEP: 56.000-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Salgueiro concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE 2017 é de 60.453 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2.014 de 5 de janeiro de 2017 (LOA 2017).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Salgueiro; 2) Prefeitura Municipal de Salgueiro; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo Municipal de Educação (FME); 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 7) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI); 8) Fundo de Desenvolvimento Municipal de Salgueiro (FDM); 9) Autarquia Educacional de Salgueiro (AESA); 10) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Financeiro (FUNPRESSAL); 11) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Previdenciário (FUNPRESSAL).
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Clebel de Souza Cordeiro. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2020.
Dados do contador (a) responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Rostand Falcão de Lima. CRC-PE nº 019974/O-8. E-mail: rostandfalcao@hotmail.com.br.
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no município: Nome: Fábio Romero Alencar Queiroz.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Karla Cristina Siqueira Vasconcelos Barros.
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: E-Pública da Pública Informática Ltda nas seguintes entidades: 1) Prefeitura Municipal de Salgueiro; 2) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 3) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 4) Fundo Municipal de Educação (FME); 5) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 6) Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI); 7) Fundo de Desenvolvimento Municipal de Salgueiro (FDM); 8) Autarquia Educacional de Salgueiro (AESA); 9) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Financeiro (FUNPRESSAL); 10) Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Salgueiro - Previdenciário (FUNPRESSAL). SCPI Fiorilli Ltda na seguinte entidade: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Salgueiro.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: www.salgueiro.pe.gov.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceram as regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como da NBC TSP 16.6. Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) igual a 2 que compreendem os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados, conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 027/2017.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: A elaboração deste demonstrativo por se tratar de um fluxo de natureza financeira adota o regime de caixa definido no art. 35 da Lei nº 4.320/64, tanto para as receitas como para as despesas.

**b.3.Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimônio do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa. Nos municípios onde há RPPS, houve mudança do nível das contas contábeis classe 1.1.3.8.1 (Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – Consolidação) para o nível 1.1.3.6.1 (Contribuições Previdenciárias a Receber). Desta forma, a análise horizontal dos dados do exercício de 2016 em comparação com 2017 deverá obedecer esta nova classificação mais adequada conforme PCASP no grupo de contas "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" no Balanço Patrimonial.

b.4.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Fluxo de Caixa.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:**c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 18 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa da Lei Federal nº 4.320/64 em 31/12/2017
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Nota 1) INGRESSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS): O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais foi de R\$ 161.962.324,55. Redução de R\$ 9.596.007,72, quando comparados ao exercício de 2016 que foi de R\$ 171.558.332,27.

Nota 2) DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais foi de R\$ 154.135.946,89. Redução de R\$ 7.045.088,44, quando comparados ao exercício de 2016 que foi de R\$ 161.181.035,33.

Nota 3) FLUXO DE CAIXAS LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2017 foi de R\$ 7.826.377,66. Menor em R\$ 2.550.919,28, se compararmos com o exercício de 2016 que foi de R\$ 10.377.296,94.

Nota 4) INGRESSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO): O valor dos ingressos decorrentes das atividades de investimentos foi de R\$ 0,00.

Nota 5) DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de investimentos foi de R\$ 1.839.246,91. Redução de R\$ 7.385.238,35, quando comparados ao exercício de 2016 que foi de R\$ 9.224.485,26.

Nota 6) FLUXO DE CAIXAS LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS: O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2017 foi de R\$ -1.839.246,91. Menor em R\$ 7.385.238,35 se compararmos com o exercício de 2016 que foi de R\$ 9.224.485,26.

Nota 7) INGRESSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO): O valor dos ingressos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 1.701.343,57. Redução de R\$ 418.134,90, quando comparados ao exercício de 2016 que foi de R\$ 2.119.478,47.

Nota 8) DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO): O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento foi de R\$ 1.448.256,51. Aumento de R\$ 929.218,70, quando comparados ao exercício de 2016 que foi de R\$ 519.037,81.

Nota 9) FLUXO DE CAIXAS LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2017 foi de R\$ 253.087,06. Menor em R\$ 1.347.353,60 se compararmos com o exercício de 2016 que foi de R\$ 1.600.440,66.

Nota 10) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: A geração de caixa líquida ao final do exercício de 2017 foi de R\$ 6.240.217,81, ao compararmos o saldo em caixa e equivalente de caixa inicial no valor de R\$ 30.493.459,33 e o saldo em caixa e equivalente de caixa final no valor de R\$ 36.733.677,14. Este resultado foi maior que o obtido no exercício de 2016 no valor de R\$ 3.486.965,47.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2.Divulgações não Financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XV DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 027/2017 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal com destaque para as receitas derivadas e originárias; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxo de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxo de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa:

Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)	
		2017	2016
1º	Desembolso de Pessoal e demais despesas.	98.806.067,69	101.368.044,83
2º	Recebimentos de transferências correntes.	85.201.649,15	87.960.333,16
3º	Outros ingressos operacionais.	49.049.625,49	44.809.379,43

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO



e.3.Saldos significativos de Caixa e Equivalentes de Caixa NÃO Disponíveis:

Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou contábil. No entanto, consta valores em trânsito realizáveis a curto prazo no valor de R\$ 967.278,00, vindos de exercícios anteriores e outros.

e.4.Transações de Investimentos e Financiamentos que não envolvem Caixa:

Não houve operações de investimentos e financiamentos que modificaram o caixa das entidades do município.

e.5.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP					
Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluída
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Em andamento
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Em andamento
12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.					
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.					

MUNICÍPIO DE SALGUEIRO



Documento Assinado Digitalmente por: KARLA CRISTINA SIQUEIRA VASCONCELOS BARROS, CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO, ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 46f5b065-c544-4646-bdea-b806bd967fc3

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

CLEBEL DE SOUZA CORDEIRO
Prefeito

ROSTAND FALCÃO DE LIMA
Contador
CRC-PE Nº 019974/O-8